



**ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA**

**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A**

**29 DE ABRIL DE 2016**



**ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A**  
**29 DE ABRIL DE 2016**

No dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Monte do Sobral sito na Estrada Nacional 257 entre Viana do Alentejo e Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes da contratação do fornecimento de energia elétrica utilizando o procedimento pré-contratual de ajuste direto ao abrigo do Acordo Quadro celebrado pela ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.;
- 4) Pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes da contratação de serviços de aluguer e assistência técnica de equipamentos multifunções;
- 5) Pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes da contratação de serviços de Assessoria Técnica ao Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento do Concelho;
- 6) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2015;
- 7) Primeira Proposta de Revisão do Orçamento da Receita;
- 8) Primeira Proposta de Revisão do Orçamento da Despesa.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão regozijando-se pelo facto da mesma decorrer hoje num local tão simbólico e emblemático como é o Monte do Sobral. Disse que à semelhança de outros anos, a Mesa da Assembleia Municipal considerou pertinente a deslocalização da sessão de Abril para o Monte do Sobral. O senhor Presidente da Assembleia procedeu de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário;
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, na qualidade de segundo secretário;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- Manuel Jorge de Matos Rafael;
- José Luís Potes Pacheco;
- Maria Antónia Leal Boteta Gomes;
- Bruno Miguel Pintado Pinto;
- José Fernando Nazaré Pereira;



- Joaquim António Vilalva Teixoeira;
- Mário José Tirapicos Laranjeiro;
- Joaquim Maria Pinto Bento;
- João Miguel Sítima dos Anéis;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- António Inácio Torrinha Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar;
- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas.

Verificaram-se as faltas dos seguintes membros:

- Dário José Gaiato Anastácio;
- Helena Isabel Barros Torrão, que comunicou telefonicamente a sua impossibilidade de comparecer, por motivo de doença do seu pai.

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes os senhores Vereadores Paulo Manzoupo e João Penetra.

Nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor Presidente da Assembleia propôs a inclusão de mais um ponto na ordem de trabalhos, relativo a matéria objeto de deliberação da Câmara Municipal em reunião extraordinária hoje realizada.

O ponto proposto para inclusão foi o seguinte:

- 9) Pedido de autorização para que o Município de Viana do Alentejo integre a Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, aprove os respetivos Estatutos e autorize a assunção dos encargos plurianuais decorrentes da integração.

A Assembleia, por unanimidade, reconheceu a urgência de deliberação sobre este assunto e autorizou a inclusão do mesmo na ordem de trabalhos.

Assim, a ordem de trabalhos desta sessão ficou constituída como se segue:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes da contratação do fornecimento de energia elétrica utilizando o procedimento pré-contratual de ajuste direto ao abrigo do Acordo Quadro celebrado pela ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.;



- 4) Pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes da contratação de serviços de aluguer e assistência técnica de equipamentos multifunções;
- 5) Pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes da contratação de serviço de Assessoria Técnica ao Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento do Concelho;
- 6) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2015;
- 7) Primeira Proposta de Revisão do Orçamento da Receita;
- 8) Primeira Proposta de Revisão do Orçamento da Despesa;
- 9) Pedido de autorização para que o Município de Viana do Alentejo integre a Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, aprove os respetivos Estatutos e autorize a assunção dos encargos plurianuais decorrentes da integração.

No período de Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, tendo salientado que diversas Entidades têm acusado a receção das moções aprovadas por esta Assembleia, relativas respetivamente ao “Novo Hospital Público de Évora”, ao “Orçamento do Estado para 2016 e as Autarquias Locais” e ao “Dia Internacional da Mulher – 8 de março”. O senhor Presidente da Assembleia referiu-se também ao recebimento de um convite do Município de Alvito para a Conferência “Poder Local e Desenvolvimento”, a realizar no dia 30 de abril corrente no Auditório do Agrupamento de Escolas do concelho de Alvito, assinalando os quarenta anos das primeiras eleições autárquicas. O senhor Presidente da Assembleia informou que a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, enviou a respetiva Prestação de Contas relativa ao ano de 2015, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 21.º dos seus Estatutos. Finalmente, o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do teor do ofício n.º 2056, de 28 de abril de 2016, enviado pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo, comunicando a Alteração por Adaptação da Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo, em obediência ao disposto no n.º 4 do art.º 121.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. A Alteração em causa foi aprovada pela Câmara Municipal a 20 de abril de 2016 e decorreu da necessidade de adaptar o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo à modificação dos critérios de classificação dos estabelecimentos industriais, introduzida pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio que alterou o SIR – Sistema de Indústria Responsável (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto). Assim, no Regulamento da Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo, publicado no Diário da República, 2.ª Série, através do Aviso n.º 11913/2015, de 16 de outubro; foram alterados os artigos 66.º, n.ºs 3 e 4 e 67.º, n.º 1.



Como habitualmente, o senhor Presidente da Assembleia voltou a referir que todo o expediente recebido está disponível para consulta, quer no decurso da sessão, quer posteriormente, na Câmara Municipal.

Procedeu-se de seguida à votação da proposta de ata relativa à sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2016, tendo a mesma sido aprovada com catorze votos favoráveis. Em obediência ao disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, só podem participar na aprovação da ata os membros que estiveram presentes na sessão a que a mesma se refere pelo que os membros José Fernando Nazaré Pereira e João Miguel Sítima dos Anéis, não participaram na votação.

O membro José Fernando Nazaré Pereira, em representação dos eleitos do PS, apresentou um Voto de Congratulação pelo facto do Município de Viana do Alentejo ter a sua situação financeira equilibrada, registando-se mesmo uma melhoria face a 2014, apesar da crise e dos inúmeros condicionalismos impostos às Autarquias. O teor do Voto de Congratulação apresentado é o que a seguir se transcreve:

“A Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, considerando as contas do Município referentes ao ano de 2015, já aprovadas pela Câmara Municipal em 20 de abril de 2016, apresenta um voto de congratulação pelo facto do Município de Viana do Alentejo ter a sua situação financeira equilibrada, tendo mesmo havido uma melhoria face a 2014, apesar da crise e dos inúmeros condicionalismos impostos às autarquias.

Com efeito, o Executivo Municipal tem gerido a autarquia num período de crise económica, financeira e social desde 2009, com muitas limitações e restrições, nomeadamente a redução dos montantes transferidos do Orçamento do Estado para as autarquias (no caso de Viana do Alentejo, nos últimos anos sofreu um corte de cerca de dois milhões de euros). Apesar disso, o Município realizou no mandato anterior o maior investimento de sempre num mandato autárquico, e, ao mesmo tempo, reduziu a dívida bancária (**menor dívida bancária dos últimos 20 anos**), conseguindo manter o equilíbrio financeiro da autarquia.

Segundo os dados disponíveis no sítio da internet [www.portalmunicipal.pt](http://www.portalmunicipal.pt), o Município de Viana do Alentejo, entre os catorze municípios do Alentejo Central, é o que tem o **menor grau de endividamento**. É também o município com **menor dívida total** e é o terceiro que obteve **maior financiamento da União Europeia**, estes em valores *per capita*.

A Assembleia Municipal de Viana do Alentejo congratula-se por estes resultados, os quais constituem o reconhecimento de um trabalho dedicado e competente, que a Câmara Municipal sempre tem colocado na gestão dos dinheiros públicos e que reflete uma gestão responsável e rigorosa, a qual tem permitido manter a estabilidade financeira, mesmo em período de profunda crise e consequentes cortes orçamentais, conseguindo, assim, concretizar investimento, reduzir a dívida e, simultaneamente, minorar o impacto, junto dos



munícipes e empresas do concelho, dos efeitos da já referida crise económica, financeira e social.”

Tendo este voto de congratulação sido entregue à Mesa da Assembleia e não havendo quaisquer observações sobre o mesmo, o senhor Presidente colocou-o a votação. Verificou-se a sua aprovação com doze votos favoráveis e quatro votos contra por parte dos membros António Inácio Torrinha Lopes, Mário Laranjeiro, Joaquim Maria Bento e Joaquim António Teixoeira.

De seguida, o membro António Inácio Torrinha Lopes, em representação dos eleitos da CDU, apresentou uma Moção sobre os aniversários do 25 de Abril, da Constituição e do Poder Local Democrático. Procedeu à respetiva leitura e entrega à Mesa da Assembleia. O senhor Presidente colocou o documento a discussão tendo o membro José Luis Pacheco referido que lhe parece haver alguma contradição no texto que ouviu ler pois a dado passo é referido que “a Constituição da República foi sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização...”, embora no final do texto se enalteçam “os valores e as conquistas refletidas na redação da Constituição...”. Frisou o membro José Luis Pacheco que é a Constituição que permite aos Portugueses terem hoje o Governo que têm e daí a sua importância para a salvaguarda da democracia. Em sua opinião, o texto da Moção deverá ser ajustado de forma a não deixar dúvidas sobre a importância do Documento em causa.

O senhor Presidente da Câmara sugeriu que, doravante, os documentos que os membros pretendam apresentar, designadamente Moções, Votos de Congratulação e outros, sejam distribuídos por todos a fim de permitir de imediato a respetiva leitura. O senhor Presidente da Assembleia considerou esta uma boa sugestão e solicitou que de futuro sejam trazidas cópias dos documentos a apresentar a fim de serem distribuídas por todos os membros. O senhor Vereador João Penetra, mediante autorização do senhor Presidente da Câmara referiu que no texto da Moção não é referido que “a Constituição foi desvirtuada” mas sim que “houve tentativas de desvirtuamento”. Foi então introduzida uma pequena modificação ao texto da Moção, substituindo a palavra “provas” por “tentativas”. Assim, o texto final da Moção ficou como se segue:

“Considerando que se assinala, este ano, os 42 anos da Revolução de Abril e os 40 anos da Constituição da República do Portugal liberto da repressão, da censura, da prisão política e da tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e pela democracia;

Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais, consignadas no texto da Constituição da República;

Considerando que a Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976 foi a fonte para o quadro legislativo que contribuiu para um acelerado desenvolvimento do País,



tendo-se registado uma significativa participação dos trabalhadores e trabalhadoras, dos movimentos associativos e populações, em geral;

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril;

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais;

Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário do povo português;

Considerando que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas tentativas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que são elementos determinantes para a definição de um Portugal livre, democrático, em que se verifica o progresso social e económico, a par do desenvolvimento cultural e educativo, consagrando-se a paz,

A Assembleia Municipal do concelho de Viana do Alentejo, reunida a 29 de Abril de 2016, no icónico Monte do Sobral, delibera:

1 – Saudar os valores e conquistas da Revolução do 25 de Abril de 1974 e prestar homenagem a quantos e quantas lutaram pela sua concretização.

2 – Saudar a Constituição da República Portuguesa, que celebrou no dia 2 de Abril do corrente, o seu 40.º aniversário: a sua redação reflete os supra referenciados valores e conquistas, na sua essência; estes são, sem sombra de dúvida, a base para uma política que tem como prioridade Portugal, os portugueses e as portuguesas.

3 – Apelar aos trabalhadores e trabalhadoras, aos eleitos e eleitas autárquicos, ao movimento associativo e à população em geral, para se comprometerem com a defesa dos valores de Abril, para que a Paz, o Pão, a Habitação, a Saúde e a Educação sejam uma realidade a que todos sem exceção tenham acesso.

4 – Apelar à participação efetiva, de toda a população, na afirmação do Poder Local Democrático, outra conquista de Abril, que se empenha na defesa dos interesses e direitos dos cidadãos e das cidadãs.”

O senhor Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

O membro João Antunes, em representação dos eleitos do PS, apresentou um Voto de Congratulação sobre a Atividade Desportiva no concelho de Viana do Alentejo, manifestando previamente a sua satisfação pelo facto desta sessão estar hoje a decorrer no Monte do Sobral e ter uma significativa presença de público. Tendo procedido à leitura do Voto de Congratulação, procedeu à entrega do mesmo à Mesa da Assembleia. Não havendo quaisquer observações acerca do documento, foi o mesmo votado tendo sido aprovado por unanimidade. O texto do Voto de Congratulação é o que a seguir se transcreve:



“A Assembleia Municipal de Viana do Alentejo sobre a **Atividade Desportiva no Concelho de Viana do Alentejo**.

## **CONSIDERANDO QUE:**

1. As coletividades locais são agentes fundamentais na promoção do desporto e na prática da atividade física.
2. A comunidade desportiva tem um papel chave na valorização do desporto e das competições desportivas e, ao mesmo tempo, na formação integral dos indivíduos no que diz respeito ao civismo e à boa educação.
3. Os clubes desportivos contribuem para a educação desportiva, cívica e moral de crianças e jovens, inculcando nestes, os valores de estilos de vida saudáveis e são camaradagem.
4. As equipas de futsal do Sporting de Viana do Alentejo na categoria de benjamins e infantis, sagraram-se campeãs dos respetivos Campeonatos e vencedoras das Taças na época 2015/2016, tendo os iniciados participado na final da Taça e estando os seniores a disputar a conquista do Campeonato de Elite da Associação de Futebol de Évora, na presente época, depois de nesta época ter participado na Taça de Portugal.
5. Os seniores do Sport Club Alcaçovense terminaram a época 2015/2016 do Campeonato da Divisão de Honra no segundo lugar e garantiram a subida à Divisão de Elite na época 2016/2017.
6. Após um longo período de persistência, o Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar, conseguiu finalmente, com o apoio da autarquia, registar o Campo de Futebol na sua posse, após doação dos proprietários do respetivo terreno.

## **SUBLINHANDO QUE:**

7. A Assembleia Municipal de Viana do Alentejo manifesta a sua grande satisfação pelos brilhantes sucessos desportivos obtidos na presente época e congratula-se com esse facto, felicitando desde logo os respetivos clubes, bem como atletas, dirigentes, técnicos e famílias.

Tendo por base o supramencionado, a Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, reunida em 29 de abril de 2016, votou por unanimidade a favor do voto de congratulação à atividade desportiva no Concelho de Viana do Alentejo.”





O membro Joaquim António Teixoeira, em representação dos eleitos da CDU, procedeu à leitura de um documento acerca da importância de serem criadas condições para alojamento de cães e gatos no concelho. O teor do documento é o que a seguir se transcreve:

“A esperança numa vida melhor, com emprego estável e salário justo, com saúde, com educação, com reformas sem cortes, anima hoje milhões de portugueses. É um novo ciclo que foi iniciado e que não se limita às pessoas.

Também os animais de companhia que desde os primórdios da humanidade acompanham e servem os humanos em múltiplas atividades como a pastorícia, a caça, o apoio aos deficientes, em salvamentos e até na guerra, vão beneficiar dos novos tempos e da nova mentalidade com que se encara o bem estar animal.

Na AR estão em apreciação na especialidade dois diplomas, um dos quais do PCP, que visam acabar com o abate de cães e gatos saudáveis nos canis municipais. Convém dizer que atualmente são mortos cerca de 100 000 animais nos canis portugueses, uma vergonha que se repete todos os anos, que nada resolve e que custa muito caro ao contribuinte porque os químicos usados para induzir a morte do animal são caros. Outros países resolveram este problema através da esterilização. Uma cadela, por exemplo, pode ter 12 ou mais crias por ano. Destas, metade serão também fêmeas que irão por sua vez procriar. E temos assim um nunca mais acabar de nascimentos. Já não há donos para tanto cão, a maioria acaba na rua sem dono e nos canis.

As medidas defendidas no diploma do PCP são:

- A criação de uma rede de centros de recolha oficiais, vulgarmente designados por canis municipais;
- A modernização dos serviços veterinários municipais;
- Campanhas de esterilização, nomeadamente feitas nos serviços veterinários municipais;
- Campanhas de adoção de animais abandonados;
- Campanhas de sensibilização, nomeadamente nas escolas, sobre o respeito e proteção dos animais e contra o abandono;
- Proibição de abate dos animais saudáveis detidos nos canis municipais;

O PCP – Viana pensa que não se deve aguardar pela aprovação de um diploma para começar a adotar medidas no concelho, visando a melhoria do bem estar animal.

O primeiro passo será concretizar a campanha de adoção já lançada e cujos resultados peço que sejam divulgados a esta assembleia, assim como a solução que vai ser seguida para a esterilização dos animais e dar em adoção. É urgente que pelo menos estes 5 animais arranjem donos ou saiam do canil para uma associação pois a sobrelocação em Alcáçovas infringe todas as normas de bem estar animal e representa, para além disso, para o funcionário da Câmara que cuida dos animais, uma tarefa desgastante pela falta de condições em que é realizada.



Em segundo lugar, é nossa sugestão que a Câmara construa boxes provisórias para acolher animais abandonadas nas estradas que sejam entregues pela GNR porque se aproxima o Verão, época em que o abandono aumenta.

Em terceiro lugar, que a Câmara tenha uma política de tolerância zero, aplicando a lei, para com os casos de abandono e de maus tratos de que tenha conhecimento.

E em quarto lugar, que o orçamento camarário do próximo preveja a construção de um canil de acordo com o modelo fornecido pela DGAV e usando para isso os recursos financeiros que vão ser alocados às Câmaras para implementação de uma nova política de controlo das populações de canídeos.”

O membro José Luis Pacheco referiu que o texto que ouviu ler comporta, para além do que está escrito, também algumas ideias implícitas e nesse contexto disse que “os cães sempre existiram, tal como os canis, tendo a Câmara herdado um canil sem condições”. Acrescentou que neste momento desconhece se existem recursos financeiros que possam ser alocados aos Municípios com destino à construção de canis e do que lhe é dado conhecer, a adoção dos animais no concelho tem poucos voluntários. Disse que em sua opinião, o texto contém poucas soluções práticas e assenta na necessidade de obtenção de recursos financeiros cuja proveniência não está garantida.

O senhor Presidente da Câmara disse que este não é um assunto fácil de resolver e que à semelhança de muitos outros que passaram para esta gestão, está-se a tentar encontrar uma solução. Acrescentou que neste caso concreto há várias alternativas e que já foram efetuadas visitas a alguns canis, concluindo-se que para se ter atualmente um canil certificado pela Direção Geral de Veterinária, é necessário cumprir uma série de exigências legais, difíceis de cumprir e é por isso que só cerca de um terço dos municípios possuem canis com as condições exigidas. Disse o senhor Presidente da Câmara que um dos canis visitados foi o de Portel que não está certificado. Disse ainda que à semelhança de outros Municípios, como por exemplo Reguengos de Monsaraz, está-se a ponderar a hipótese de aderir ao CAGIA – Canil/Gatil Intermunicipal da RESIALENTEJO – Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M, com sede em Beja. O senhor Presidente acrescentou que também foi obtida a informação sobre as taxas elevadas de abate praticados no referido Canil/Gatil, daí que o município esteja a estudar outras opções.

Disse ainda o senhor Presidente que no âmbito da recolha de informação que se tem estado a fazer, o Município trocou alguns mails com a Sra. D. Margarida Garrido acerca das propostas legislativas que estão em apreciação. Também a CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central ficou de enviar informação aos catorze municípios associados. O senhor Presidente da Câmara acrescentou que o Município agora conta com a colaboração da senhora Veterinária Municipal de Portel – Dra. Antónia Conde – em virtude da situação de baixa médica do Dr. José Joaquim Fialho. Estando presente a Sra. D. Margarida Garrido e mediante autorização do senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara solicitou-lhe que desse o seu contributo quanto a este assunto.



A Sra. D. Margarida Garrido disse que se preocupa com os direitos dos animais e que neste momento está em análise na Assembleia da República uma proposta do PCP para que seja proibido o abate de animais saudáveis nos canis municipais. Assim, disse que o apelo que faz é que o Município passe a utilizar políticas que neste âmbito vão ao encontro da nova legislação. Acrescentou que os canis municipais funcionam na perspetiva do abate e que em 2011 eram abatidos cerca de 40% dos cães e mais de 80% dos gatos que entravam nos canis e gatis. Quanto ao canil de Alcáçovas, a Sra. D. Margarida Garrido disse que apesar das instalações terem condições, não permitem contudo albergar a quantidade de animais que lá se encontram. Salientou que a campanha de adoção que foi levada a cabo conduziu ao escoamento de cinco animais, sendo importante, em sua opinião, criar uma bolsa de voluntários que se interessem por esta matéria. Disse ainda que em Lisboa, o próprio canil trata da esterilização dos animais, revelando-se um processo mais barato do que o abate. Manifestou a sua disponibilidade para ajudar a resolver uma situação que na sua opinião é confrangedora, nomeadamente através de um trabalho de divulgação junto dos munícipes.

O senhor Presidente da Assembleia disse que este assunto é supra partidário e a busca da melhor solução é de interesse para todos, comprovando-se que a Câmara está empenhada em melhorar a situação existente.

O membro Nuno Grave, em representação dos eleitos pelo PS, apresentou um Voto de Congratulação pela conclusão da obra de Requalificação do Paço dos Henriques, em Alcáçovas, objeto de financiamento comunitário no anterior Quadro e que terminou em finais de 2015. Cumprindo um compromisso do atual executivo municipal e materializando um sonho antigo das populações, esta obra consubstancia simultaneamente uma política de valorização do território e dos seus recursos. No Voto de Congratulação estão plasmadas as expectativas no desenvolvimento de um projeto cultural para o espaço, projeto esse já em curso através de parcerias com outras Entidades. Tendo este Voto de Congratulação sido entregue à Mesa da Assembleia e não tendo havido quaisquer observações acerca do mesmo, o senhor Presidente colocou-o a votação tendo sido aprovado por unanimidade com o texto que a seguir se transcreve:

“A Assembleia Municipal de Viana do Alentejo congratula-se pela conclusão da Obra de Requalificação do Paço dos Henriques, em Alcáçovas, a qual obteve financiamento comunitário ainda no quadro anterior, o QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, que fechou definitivamente em finais de 2015.

Esta obra veio cumprir um compromisso do atual Executivo Municipal, materializando um sonho antigo das populações, consubstanciando ao mesmo tempo uma política de valorização do território e dos seus recursos, nomeadamente ao nível do imenso e valioso património cultural que caracteriza o nosso concelho e nos identifica como comunidade.

Concluída a obra física, depositam-se agora expectativas no desenvolvimento de um projeto cultural de qualidade, já em curso, em parceria com outras entidades, nomeadamente a



ERTAR (Entidade Regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo), esperando-se que o mesmo dignifique o imóvel no respeito pela sua excelência arquitetónica e simbologia histórica, podendo também potenciar mais a vertente turística e consequentemente o desenvolvimento sustentado do Concelho, através dos benefícios para a economia local.”

Verificou-se de seguida a intervenção do membro Manuel Jorge Rafael que manifestou a sua satisfação pelo facto desta sessão estar a decorrer num local que encerra um simbolismo tão forte – Monte do Sobral. “Aqui nasceu Abril, a liberdade e começou a ser construída a democracia em Portugal”. Este membro acrescentou ser para si um privilégio poder participar numa sessão da Assembleia Municipal neste local.

Enquanto membro da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, entregou a todos os presentes um pequeno laço azul, símbolo do mês da prevenção dos maus tratos na infância, da responsabilidade da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens e da XI Semana da prevenção dos maus tratos infantis, promovida pela Associação Chão dos Meninos, de Évora.

Este membro felicitou todos quantos, de uma forma ou de outra, deram o seu contributo para que a Romaria a Cavalos fosse, uma vez mais, um enorme sucesso. Quanto a este aspeto, foram as seguintes as suas palavras:

“Dos próprios romeiros, à Comissão Organizadora, composta pelas Câmaras Municipais de Viana do Alentejo e da Moita, pela Associação dos Romeiros da Tradição Moitense e pela Associação Equestre de Viana do Alentejo, às Juntas de Freguesia do concelho, à Diocese de Setúbal e Arquidiocese de Évora, aos patrocinadores, casos da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, à Caixa de Crédito Agrícola do Guadiana Interior, à Delta Cafés, ao Diário do Sul, à Vangflor e à Hidrauviana, Lda., todos estão de parabéns. Uma palavra de especial apreço também pela forma séria e empenhada como a GNR e os Bombeiros acompanharam a Romaria, não existindo registo de qualquer incidente.

A Romaria a Cavalos é um evento que tem crescido ano após ano, tendo atingido um nível que faz dela um caso sério no panorama turístico da região e também já a merecer a atenção e a divulgação de inúmeros órgãos de comunicação nacional. Oxalá possa continuar a crescer e a levar o nome do concelho de Viana do Alentejo aos mais variados cantos do mundo.”

O membro Manuel Jorge Rafael disse ainda ter tido conhecimento da existência de um projeto para intervenção no santuário de Nossa Senhora D’Aires, tendo ficado agradavelmente surpreendido. Sendo certamente o princípio de um longo caminho, saber que existe vontade de o iniciar, já é motivo de regozijo. A este propósito, as suas palavras foram as seguintes:



“Finalmente, não posso deixar de expressar a minha satisfação, ao ter conhecimento que existe a vontade da parte de quem é responsável pelo Santuário de Nossa Senhora D’Aires, de que o mesmo possa ser alvo de uma intervenção/projeto de recuperação e melhoria. Sei que é apenas o princípio de um longo caminho – estudos, elaboração de projetos, submissão de candidatura a fundos europeus, etc, etc... Mas o facto de se saber que existe essa vontade é motivo para nos deixar com a esperança de que o melhor vai acontecer. De resto, é fácil perceber, até mesmo do exterior, que a situação relativamente ao edifício começa a ser verdadeiramente insustentável. Existe efetivamente a necessidade de uma intervenção urgente. De preferência, uma intervenção que contemple também o restauro da Capela do Cruzeiro e numa fase posterior, a requalificação do espaço envolvente.

Como é do conhecimento geral, o potencial turístico do Santuário é de um valor incalculável e menosprezá-lo seria de uma irresponsabilidade tremenda.”

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o primeiro período destinado à intervenção do público:

Interveio o Sr. Luis Miguel Fialho Duarte, que na sequência da intervenção do membro Manuel Jorge Rafael acerca do Santuário de Nossa Senhora D’Aires, disse que também ele ficou bastante satisfeito ao ver um placard informativo sobre as futuras obras naquele espaço. Perguntou qual o papel da Câmara Municipal neste projeto, designadamente a nível de apoio financeiro, logístico e se o Município está a trabalhar em conjunto com a Paróquia na reabilitação do espaço envolvente ao Santuário.

O Sr. Luis Miguel Duarte disse que na sessão protocolar do 25 de Abril ouviu o senhor Presidente da Câmara referir que já estava a ser preparada a 17.ª edição da Romaria a Cavalos. A propósito deste evento, perguntou como tenciona a Câmara resolver o conflito que existe entre os Romeiros de Alcáçovas e a Associação Equestre de Viana do Alentejo. Ainda sobre a intervenção do senhor Presidente da Câmara na sessão protocolar do 25 de Abril, o Sr. Luis Miguel Duarte manifestou a sua opinião de que o senhor Presidente já está em pré-campanha ao anunciar 15 projetos de obras a realizar até final do mandato. Disse ter ficado surpreendido e estranha bastante que o atual executivo, estando no poder há 6 anos, e só tenha feito 5 ou 6 obras, venha agora anunciar 15 obras a cerca de um ano e meio das próximas eleições autárquicas. Acrescentou ainda que tem ouvido o senhor Presidente da Câmara falar muito em falta de dinheiro pelo que lhe ocorre perguntar como pensa então resolver esse problema para poder executar as 15 obras. Perguntou ainda se a Câmara pretende manter as duas receções oficiais da Romaria, em Alcáçovas e em Viana.

O Sr. José Francisco Serrano Sabarigo referiu-se à necessidade de intervenção municipal em três locais da vila de Viana do Alentejo: Largo José Falcão, calçada do passeio junto ao estabelecimento comercial da Sra. Ilda Algarvio e Rua das Parreiras.



O senhor Presidente da Câmara, quanto ao papel do Município no âmbito da reabilitação do Santuário de Nossa Senhora D'Aires a que aludiu o Sr. Luis Miguel Duarte, disse que a postura é a que tem sido seguida ao longo do tempo: apoiar as instituições dentro das possibilidades da autarquia e avaliando cada caso em concreto. Quanto a esta situação em particular, disse o senhor Presidente da Câmara que a Paróquia contactou o Município e como este está a elaborar um projeto para a parte exterior do Santuário, haverá certamente uma interligação entre as duas equipas técnicas. Em matéria de apoios do Município às Instituições, o senhor Presidente da Câmara recordou os exemplos da Associação Terra Mãe e da Fábrica da Igreja Paroquial de Alcáçovas que obtiveram financiamentos comunitários e os apoios do Município e da Freguesia de Alcáçovas para a realização das obras. Quanto ao conflito entre Romeiros, referido pelo Sr. Luis Miguel Duarte, o senhor Presidente da Câmara disse não ter conhecimento de qualquer conflito, embora admita que possa não estar bem informado. Referiu que a reunião de avaliação do evento em princípio será realizada em maio, provavelmente na Moita. Acrescentou que efetivamente existem dois grupos de romeiros no concelho e que apesar de desejar que fizessem o percurso juntos, tal não se tem verificado o que não significa necessariamente que existam problemas entre os romeiros de Alcáçovas e de Viana.

Quanto às duas receções oficiais da Romaria a que o Sr. Luis Miguel Duarte fez referência, disse o senhor Presidente da Câmara não saber o que ele entende por "receção oficial". Acrescentou que as receções oficiais da Romaria têm lugar na ocasião da partida da Moita, com a Comissão Organizadora e à chegada a Viana do Alentejo, também com a Comissão Organizadora. Assim, não é uma receção oficial a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas receber os romeiros à entrada da Freguesia, gesto que já acontece desde 2012. O senhor Presidente da Câmara, a título de exemplo, disse que também o senhor Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas vai receber os romeiros à entrada da freguesia de Landeira. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que considera normal que os romeiros de Alcáçovas "tomem a dianteira" à entrada da sua localidade. Em sua opinião, quem quiser efetivamente trabalhar para contribuir para a melhoria dos eventos, tem oportunidade de o fazer sem ser através da reprodução daquilo que ouve dizer sem previamente confirmar... A este propósito, o senhor Presidente da Câmara disse que alguém lhe veio contar que ouviu dizer que "estiveram meia hora à espera do Presidente da Câmara de Viana para que os cavalos entrassem na vila..." Perante esta observação – falsa – disse ter ligado ao Presidente da Associação Equestre de Viana que referiu que "nem 10 minutos estiveram à entrada da vila..." e mesmo esse tempo não estiveram a espera do presidente de Viana. Disse o senhor Presidente da Câmara lamentar a "imaginação fértil" de algumas pessoas...

Quanto às referências feitas pelo Sr. Luis Miguel Duarte acerca das obras anunciadas pelo Presidente da Câmara na sessão protocolar do 25 de Abril, associando-as a pré-



campanha eleitoral, disse o senhor Presidente que essa ideia decerto surgirá dele próprio já que “toda a gente já sabe que o Sr. Luis Miguel Duarte vai ser o candidato da CDU às próximas eleições autárquicas, andando já em campanha...”.

O senhor Presidente da Câmara clarificou que na sua intervenção na sessão protocolar do 25 de abril não referiu que iria concretizar os projetos todos num ano e meio. Referiu tratarem-se de alguns projetos nos quais o município está a trabalhar e que terão o seu percurso normal ao longo do tempo e serão concluídas por quem estiver no executivo da camara na altura, evidentemente. Por outro lado, quando o Sr. Luis Miguel Duarte se refere a obras, é bom esclarecer que algumas situações se referem a projetos imateriais.

Aplicando a máxima “O caminho faz-se caminhando”, o senhor Presidente da Câmara lembrou que o projeto do Paço dos Henriques teve início em 2010 e só agora, em 2016, foi aprovado um Voto de Congratulação pela conclusão da obra. Acrescentou que “para se construir uma casa tem de se começar pelo projeto e que se este executivo não tivesse avançado com o projeto do Paço (uma vez que a gestão CDU não o quis fazer) a obra nunca seria uma realidade”. O senhor Presidente da Câmara sublinhou que “seis anos passam depressa” e acrescentou que existe um projeto no qual este executivo está a trabalhar há cerca de quatro anos e que se refere ao abastecimento de água para rega a partir da barragem do Alqueva. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que a obtenção do selo da Arte Chocalheira ocorreu em 2015, tendo o processo tido o seu início em 2010. Disse também que no Projeto da Rota do Montado se começou a trabalhar no passado dia 18 de abril e que o Projeto dos Percursos Pedestres, intermunicipal, está dependente do novo Quadro Comunitário de Apoio, sabendo-se que serão incluídos vários projetos intermunicipais.

O senhor Presidente da Câmara disse que em sua opinião os responsáveis da CDU, ao fazerem determinadas afirmações em relação a projetos do PS não cumpridos ou não concretizados, deverão ter presente que governaram a autarquia de Viana durante mais de 20 anos. Para dar um exemplo, referiu que no seu caso está na política há pouco mais de 6 anos e o Sr. Luis Miguel Duarte esteve mais de 12 anos na Câmara e na Assembleia Municipal sem que tenha sido executada a Requalificação do Centro Histórico, a qual fazia parte do programa eleitoral da CDU de 1997.

Ainda a este propósito, o senhor Presidente disse que aproveitava a oportunidade para perguntar ao Sr. Luis Miguel Duarte se confirmava as seguintes datas em que esteve ligado à Camara, durante a gestão da CDU:

- De 1995 a 2001, com uma avença na DASE- Divisão de Ação Sócio Educativa;
- De 1997 a 2001, como membro da Assembleia Municipal pela CDU;
- De 2001 a 2005, como membro da Assembleia Municipal pela CDU;



- De 2005 a 2009, como Secretário da Assembleia Municipal, pela CDU;
- De 2009 a 2013, como membro da Assembleia Municipal, pela CDU;
- Entre Novembro de 2008 e Outubro de 2009, como Adjunto do Presidente da Câmara, eleito pela CDU.

A propósito da obra do Centro Histórico, o Sr. Luis Miguel Duarte referiu que “a obra não ficou executada mas ficou o dinheiro e o projeto aprovado para a realizar”, e considera exagerado este executivo estar sempre a falar no passado... Quanto às datas referidas informou que não as tem presentes no momento, mas muito provavelmente estarão corretas.

O senhor Presidente da Câmara contestou a afirmação do Sr. Luis Miguel Duarte no que diz respeito a obra do Centro Histórico, dizendo que nem sequer existia projeto para a obra e que este tipo de desinformação não abona a favor do perfil de um futuro candidato a Presidente da Câmara.

Interveio de seguida o membro Sara Pajote que referiu ter ouvido dizer, durante doze anos, “que a liberdade de associativismo levava a que se duplicassem associações”. Tal como referiu o senhor Presidente da Câmara, também ela, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, gostaria que os romeiros do concelho viajassem juntos. Contudo, não é possível concretizar esse objetivo se os próprios envolvidos não quiserem ... Quanto a receções oficiais, disse este membro que a Freguesia de Alcáçovas não pertence à Comissão Organizadora da Romaria a Cavalos pelo que não participa em qualquer receção oficial. Acrescentou que desde 2012 que na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, vai receber os romeiros à entrada da Freguesia, estranhando que só este ano, a cerca de um ano e meio das eleições autárquicas, a questão seja suscitada pelo “pré-candidato da CDU”. Ainda sobre a chegada dos romeiros à Freguesia de Alcáçovas, o membro Sara Pajote lamentou que alguns romeiros passem à frente do carro andor. Verificou que atrás do carro andor vinham os romeiros da Associação Equestre de Viana, os romeiros da Tradição Moitense e a seguir, os romeiros de Alcáçovas. Disse que foi com enorme prazer que entrou com eles na vila, tencionando continuar com este procedimento que nada tem de receção oficial. Em sua opinião, o verdadeiro incómodo para algumas pessoas de Viana reside na pernoita dos romeiros em Alcáçovas, na Sexta-Feira.

O membro José Fernando Nazaré Pereira disse que também o Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca foi receber os romeiros sem que se tratasse de uma receção oficial.

O membro José Luis Pacheco, acerca da realização das obras municipais, referiu que o calendário das mesmas está cada vez mais dependente dos avisos que vão saindo para se





formalizarem as candidaturas aos Fundos Comunitários. Exemplificou com os municípios vizinhos de Alvito e Cuba nos quais não se encontram em execução obras de grande dimensão. Sublinhou que também o Município de Viana do Alentejo não está a guardar a realização das obras para o final do mandato pois a calendarização é ditada por fatores externos. Disse ainda este membro que aquilo que este executivo não fará é o que foi feito em 2009: “sem garantias de financiamento comunitário, avançou-se para a maior obra do concelho, deixando para trás a Requalificação dos Centros Históricos das vilas”. Continuou, referindo que foram gastos cerca de dois milhões e quatrocentos mil euros nas Piscinas de Alcáçovas, equipamento que no futuro prevê insustentável. Recordou que por motivos eleitorais foi organizada “uma excursão” ao local para as pessoas verem que a obra estava em execução. Disse o membro José Luis Pacheco que no dia 27 de agosto de 2015 se deslocou às Piscinas Municipais de Alcáçovas, com os técnicos que lá prestam serviço, constatando que se encontravam no equipamento 5 pessoas de Alcáçovas, 40 pessoas de fora do concelho e 22 crianças da creche. Conclui-se pois que o Município está a gastar milhares de euros a financiar municípios de outros locais. Acrescentou que também no dia 12 de novembro de 2015 se deslocou ao referido equipamento constatando que às 17,30 horas, na piscina grande, aquecida, se encontravam oito senhoras em aula, algumas delas transportadas de autocarro, de Viana para Alcáçovas. Em sua opinião, a Piscina de Alcáçovas “é o maior elefante branco do concelho e o maior problema para o futuro”. Disse ainda este membro que a verba investida “neste elefante branco” dava para executar as obras todas nos Centros Históricos de Viana, Alcáçovas e Aguiar. Salientou que as questões eleitorais ditaram esta estratégia e originaram um problema gravíssimo que este executivo terá de resolver.

O Sr. Luis Miguel Duarte disse ter a convicção de que as datas de realização das obras municipais são bem estudadas. Disse ainda que é uma novidade para si o facto de ser o candidato da CDU às próximas eleições autárquicas e que agradece os conselhos do senhor Presidente da Câmara embora tenha outras formas de orientar o seu comportamento. O Sr. Luis Miguel Duarte esclareceu que não falou da pernoita em Alcáçovas, com a qual concorda, mas sim da chegada dos romeiros à vila.

O senhor Vereador João Penetra recordou que num dos mandatos do anterior executivo, de maioria CDU, já tinha ocorrido a passagem dos romeiros por Alcáçovas. Contudo, verificaram-se alguns problemas devido à inexistência de condições logísticas. Disse este Vereador estar satisfeito pelo facto de se terem conseguido as condições necessárias para que os romeiros efetuem a última pernoita em Alcáçovas. Referiu-se ainda este Vereador ao facto do senhor Presidente da Câmara ter dito que o anterior executivo “nunca quis recuperar o Paço dos Henriques”, afirmação que não corresponde à verdade. Recordou este Vereador que sempre votou favoravelmente as matérias inerentes à obra de Reutilização do Paço e que por parte do anterior executivo sempre foi reivindicado que o



Estado fizesse a recuperação do imóvel. Lembrou ainda este Vereador que na última parte do mandato do anterior executivo, houve até a manifestação da disponibilidade do Município, junto do Ministério das Finanças, para adquirir o imóvel.

Disse ainda o senhor Vereador João Penetra que enquanto membro do PCP não assistiu ainda à definição do candidato às próximas eleições autárquicas neste concelho.

Quanto à referência feita pelo membro José Luis Pacheco às Piscinas de Alcáçovas, chamando-as de “elefante branco”, este Vereador questionou se isso não se deve ao facto de terem sido construídas em Alcáçovas, contrariando a perspetiva de centralização dos investimentos apenas numa freguesia.

O membro José Luis Pacheco, acerca da opinião do Sr. Vereador João Penetra de que as piscinas construídas em Alcáçovas, contrariava a “perspetiva de centralização dos investimentos apenas numa freguesia”, este membro referiu que essa decisão de descentralização já tinha sido tomada por um executivo da CDU de que o Sr. Vereador João Penetra também fazia parte, quando construíram a primeira fase das Piscinas em Viana, apenas de água fria. E nesse contexto deveria ter sido construído um tanque coberto de água quente no mesmo complexo, como estava inicialmente previsto, até porque os custos de construção e de exploração teriam sido muito mais reduzidos.

O Sr. José Francisco Serrano Sabarigo, relativamente à questão que suscitou na sessão de fevereiro sobre a não disponibilização dos editais que publicitam a data e a ordem de trabalhos das sessões da Assembleia, disse que desta vez a divulgação foi feita correta e atempadamente.

Na sessão anterior, conforme se pode comprovar através do telefonema efetuado, na própria sessão, pelo senhor Presidente da Câmara para um dos técnicos de informática, o edital de publicitação foi colocado no site apenas na véspera da sua realização. O Sr. José Francisco Serrano Sabarigo, relativamente a outra questão que também suscitou na sessão de fevereiro, relativa à necessidade de normalização das passadeiras para peões com as rampas de acesso aos lancis, disse que a resposta que na altura lhe foi dada pelo membro José Luis Pacheco não satisfaz pois não é por ser um problema a nível nacional que se deve deixar de lhe dar atenção. Em sua opinião, devem-se trazer para este concelho os bons exemplos e não os maus.

O senhor José Francisco Serrano Sabarigo advertiu ainda para o facto de só se encontrarem disponibilizadas no site as atas das sessões da Assembleia Municipal até outubro de 2015.

O membro João Antunes referiu que não é com agrado que está a assistir nesta sessão a momentos de alguma crispação fazendo-lhe recordar o que durante algum tempo se passou no concelho: “dividir para reinar”. Em sua opinião algumas das questões trazidas pelo público, designadamente “as duas receções oficiais” e “os romeiros desavindos” deveriam ser evitadas pois o concelho só tem a beneficiar se for considerado numa



perspetiva de desenvolvimento integrado. Disse este membro que as quezílias em nada beneficiam o desenvolvimento do concelho que nos últimos anos apresenta um elevado investimento público local com a construção do novo Centro Escolar, a Recuperação do Centro Histórico de Viana, a Requalificação de Jardins, os Relvados Sintéticos e a Requalificação do Paço dos Henriques. Acrescentou que as grandes obras levadas a cabo contribuíram para a criação de postos de trabalho, situação que deve ser realçada. Disse ainda este membro que o senhor Presidente da Câmara, na sessão protocolar do 25 de Abril, se referiu a projetos muito importantes para o concelho, concretamente o Projeto Piloto dos Mármore, motivo pelo qual endereça os seus parabéns à Câmara Municipal. Disse ainda o membro João Antunes que apesar do grande esforço que tem sido feito em termos de investimento municipal, há obras importantes que ainda não puderam avançar por serem da responsabilidade do Governo, concretamente a Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa e a Requalificação do Antigo Quartel da G.N.R., ambas em Viana do Alentejo.

Interveio de seguida a Sra. D. Paula Maurício que referiu ter algumas questões para colocar e querer também manifestar o seu desagrado devido a um episódio que aconteceu. Disse que embora não se deva “dar ouvidos ao que se diz na rua”, chegou-lhe a informação de que a participação do Município na Ovibeja não teria decorrido da melhor forma. Perguntou então o que se passou.

Referiu também que por ocasião do Encontro de Moral das Escolas que decorreu a 28 de abril de 2016, em Vila Viçosa, houve indisponibilidade da Rodoviária para nesse dia garantir o transporte dos alunos de Alcáçovas e de Aguiar para a Escola de Viana, dado que os meios estavam alocados ao transporte para o referido Encontro. Perguntou a Sra. D. Paula Maurício se não teria sido possível à Câmara colmatar esta falha, transportando ela os referidos alunos.

Esta senhora manifestou ainda o seu desagrado pelo facto de ter faltado a água na zona do Altinho em Viana, em dois dias consecutivos, devido a uma rotura, sem que pelo menos no segundo dia, a população tivesse sido informada sobre o que se estava a passar.

Quanto ao Voto de Congratulação que viu aprovar, relativo à conclusão da obra do Paço dos Henriques, a Sra. D. Paula Maurício perguntou se o Jardim das Conchas que faz parte integrante do imóvel é visitável, tal como o restante espaço que foi objeto de requalificação.

Também esta senhora considerou “de muito mau tom” apelidar de “elefante branco” um excelente equipamento existente no concelho, concretamente as Piscinas Municipais de Alcáçovas. Em sua opinião, o concelho deve congratular-se pelos equipamentos que tem e o esforço da Câmara deverá ser no sentido de os rentabilizar.

Relativamente ao assunto do canil municipal, disse a Sra. D. Paula Maurício que foi também com desagrado que ouviu dizer que o canil existente, sem condições, foi uma



“herança do anterior executivo”. Em sua opinião, o esforço deverá ser então no sentido de melhorar a situação pois “isso é que é trabalhar a bem dos munícipes”.

O senhor Presidente da Câmara disse que a intervenção da Sra. D. Paula Maurício lhe suscita os seguintes comentários: Quanto à falta de água no Altinho, há efetivamente que melhorar o aspeto da informação à população e em casos desta natureza, pelo menos no segundo dia, os munícipes têm de ser avisados. É pois um aspeto a melhorar.

Acerca do que a Sra. D. Paula Maurício disse “ter ouvido na rua “sobre a participação do Município na Ovibeja, o senhor Presidente da Câmara referiu que para si é preferível dizerem-lhe que ouviram determinados comentários na rua do que dizerem-lhe que há comentários sobre isto ou aquilo numa página do facebook com um perfil falso... E foi precisamente isto que sucedeu com uma intervenção da senhora Vereadora Rosa Barros da Costa na reunião da Câmara Municipal de 10 de fevereiro de 2016, em que perguntou o que se passava com a aquisição do mobiliário para o Paço dos Henriques pois alguém lhe tinha dito ter visto na página do facebook “Brito Camacho” que o senhor Vice-Presidente tinha ido a Paços de Ferreira escolher o mobiliário e que “à última hora” o Presidente tinha mandado anular esse processo de aquisição para que o mobiliário fosse adquirido a um seu amigo de Borba... Disse o senhor Presidente que trazer assuntos para as reuniões dos órgãos, baseados em comentários de páginas de facebook com perfis anónimos é, para si, lamentável...

Concretamente quanto à participação do Município na Ovibeja, o senhor Presidente da Câmara disse que a Organização do certame informou ter um espaço destinado à promoção do património imaterial, não havendo até lugar a qualquer pagamento pela ocupação. Assim, apesar de inicialmente estar prevista a ocupação de um stand institucional “normal”, optou-se por acolher a sugestão da Organização, na perspetiva de uma maior divulgação e promoção do concelho. Contudo, quer os trabalhadores do Município que foram montar o stand, quer o senhor Vice-Presidente que foi visitar o local, concluíram que o espaço destinado ao Município não tinha qualquer visibilidade nem dignidade. Não havendo já disponibilidade, por parte da Organização, para ceder um outro espaço, procedeu-se à desmontagem do stand do Município e este acabou por não participar.

Quanto ao transporte dos alunos de Aguiar e de Alcáçovas para Viana no dia do Encontro de Moral, o senhor Presidente da Câmara referiu que no próprio dia, a Sra. Diretora do Agrupamento, ao constatar a inexistência de transporte por parte da Rodoviária, telefonou para a Câmara a relatar o sucedido, no final do dia. Como é óbvio, é à Rodoviária que compete efetuar os transportes, pois é paga para isso pelos Municípios. À semelhança do que sucedeu no concelho de Viana, também no concelho de Portel os alunos que não foram ao Encontro de Moral ficaram sem transporte para as suas casas. Disse o senhor Presidente da Câmara que, em seu entender, é descabido a ideia de prever que a Rodoviária não irá fazer o serviço a que está obrigada. Contudo, por forma a minimizar os



inconvenientes, ainda foi possível que um autocarro municipal transportasse os alunos no final das aulas, mas podia ter-se dado o caso do município não ter carros disponíveis.

Relativamente ao acesso ao Paço dos Henriques, o senhor Presidente da Câmara referiu que a inauguração ainda não está marcada, e que em sua opinião, o acesso ao imóvel, incluindo ao Jardim das Conchas, deverá ser livre para os munícipes deste concelho e objeto de pagamento para os outros visitantes, aliás a semelhança do que acontece com o Castelo de Viana.

O senhor Presidente da Câmara, referindo-se ao que foi dito pelo Sr. Luis Miguel Duarte no sentido de ter outras formas de orientar o seu comportamento sem ser através dos conselhos do Presidente da Câmara, considerou que o munícipe em causa, em sua opinião, amplia demasiado as críticas e observações negativas à atuação do Município, e que nalguns casos isso é prejudicial ao concelho. Como exemplo, o senhor Presidente da Câmara disse que em 2015, na perspetiva de trazer mais gente ao concelho e manter uma ligação ativa aos naturais do concelho mas residentes fora dele, o Município organizou um encontro a que chamou “Festa da Minha Terra”, tendo inclusive colocado um autocarro à disposição de quem, estando a residir na zona de Lisboa, se quisesse deslocar a Viana. No âmbito desse encontro, que decorreu na Quinta da Joana, houve um momento musical no qual se permitiu a participação de um miúdo de 14 anos, filho de um desses casais. Entretanto, um outro desses participantes, adulto, também queria cantar, mas a organização entendeu não o permitir naquele momento, tendo o próprio manifestado a sua discordância, referindo mesmo que iria colocar o assunto no facebook. Como entretanto começou a chover ficou mesmo impossibilitada uma eventual participação no final. Então, nas redes sociais, o Sr. Luis Miguel Duarte, em conversa com a pessoa em causa, teceu alguns comentários sobre este episódio, criticando a iniciativa em si, comparando-a com outra, em tempos realizada e citou “ Companheiro e Amigo, essa festa chamava-se dantes a festa do ausente e era uma bela festa. Mas como em tudo na vida há coisas que não são para quem quer mas para quem sabe. Forte abraço”. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que nesta sequência houve uma pessoa que participando dessa conversa nas redes sociais, perguntou ao Sr. Luis Miguel Duarte, e este não respondeu, quando é que se tinha realizado essa festa e quantas vezes.

O senhor Luis Miguel Duarte disse que a festa que em tempos se realizou e que trouxe a este concelho centenas de pessoas denominou-se “Festa do Ausente”. Teve lugar no Rossio, contou com várias edições e com pessoas muito participativas que estando a residir fora do concelho se associaram de forma muito ativa ao evento. Disse o senhor Luis Miguel Duarte que a festa organizada em 2015 foi uma cópia da Festa do Ausente, mas este executivo não teve sucesso nela.

O senhor Presidente da Câmara disse que da informação que recolheu, a organização da Festa do Ausente a que o Sr. Luis Miguel Duarte se referiu esteve a cargo do Sr. Francisco Baião, funcionário da Câmara, à data. Segundo ele, e tanto quanto se lembra, a festa teve apenas uma edição, em 1984, não tendo havido mais edições por algum motivo, o que levou



o senhor Presidente da Câmara a questionar porque razão não terá sido dada continuidade a essa festa se correu assim tão bem?

O senhor Presidente, ainda em relação ao eventual conflito entre romeiros a que se referiu o Sr. Luis Miguel Duarte, perguntou se alguém na sala tinha ouvido falar nesse assunto, ao que ninguém se manifestou.

O senhor Presidente da Assembleia, acerca das críticas que possam ser feitas sobre os eventos e/ou as obras, sublinhou que as mesmas só acontecem porque a atividade existe, sendo saudável tomá-las em consideração, sempre com vista à melhoria.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

**Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão** – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

**Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara** – Acerca da informação sobre a atividade da Câmara, o membro António Inácio Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, informou que a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. ainda não procedeu ao corte da vegetação e à limpeza dos espaços que lhe estão cedidos, em Aguiar, conforme se comprometeu a fazer em reunião realizada com o senhor Presidente da Câmara no passado dia 8 de abril. O senhor Presidente da Câmara, atendendo à dificuldade de monitorização destes assuntos nas Freguesias, informou que irá enviar um e-mail para a Empresa AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., no sentido de que sejam os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, diretamente, a solicitar a realização destes trabalhos, embora com conhecimento a si.

**Ponto três) Pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes da contratação do fornecimento de energia elétrica utilizando o procedimento pré-contratual de ajuste direto ao abrigo do Acordo Quadro celebrado pela ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.** – O senhor Presidente da Câmara referiu que se pretende vir a celebrar um contrato de fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Especial e em Baixa Tensão Normal de Viana do Alentejo, ao abrigo do Acordo Quadro de Energia Elétrica em regime de mercado livre, pelo prazo de 1 ano, prorrogável por iguais períodos, até ao limite máximo legal de 3 anos, por acordo entre as partes.

Estima-se que o fornecimento em causa implique o pagamento mensal de 21 500,00 € (vinte e um mil e quinhentos euros) com IVA incluído, sendo a repartição dos encargos prevista a seguinte:

No ano de 2016 (7 meses), um encargo de 150 500,00 € e no ano de 2017 (5 meses), um encargo de 107 500,00 €.



Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis n.ºs 20/2012 de 14 de maio; 64/2012 de 20 de dezembro; 66-B/2012 de 31 de dezembro e 22/2015 de 17 de março, dado que a despesa inerente à celebração do contrato em causa ultrapassa o ano em curso, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a assunção dos encargos plurianuais decorrentes da mesma.

**Ponto quatro) Pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes da contratação de serviços de aluguer e assistência técnica de equipamentos multifunções**

– O senhor Presidente da Câmara referiu que se pretende vir a celebrar um contrato para aluguer de novos equipamentos multifunções e para aquisição de serviços de assistência técnica de todos os equipamentos multifunções instalados nos diversos serviços do Município.

Pelo aluguer de 10 novos equipamentos multifunções prevê-se um custo mensal de 400,00 € acrescido de IVA, a pagar durante um prazo de 36 meses, o que corresponde a um somatório de 14 400,00 € (catorze mil e quatrocentos euros) acrescido de 23% de IVA.

Pelos serviços de Assistência Técnica de todos os equipamentos multifunções prevê-se um custo mensal de 650,00 € acrescido de IVA, a pagar durante um prazo de 36 meses, o que corresponde a um somatório de 23 400,00 € (vinte e três mil e quatrocentos euros) acrescido de 23% de IVA.

Assim sendo, estima-se que o contrato a celebrar tenha o valor máximo de 37 800,00 € acrescido de 23% de IVA, o que perfaz a importância total de 46 494,00 €, a pagar em 36 meses distribuído do seguinte modo: No ano de 2016 (7 meses), um encargo de 9 040,50 €; nos anos de 2017 e de 2018 (24 meses), um encargo de 15 498,00 € em cada um dos anos e em 2019 (5 meses), um encargo de 6 457,50 €.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis n.ºs 20/2012 de 14 de maio; 64/2012 de 20 de dezembro; 66-B/2012 de 31 de dezembro e 22/2015 de 17 de março, dado que a despesa inerente à celebração do contrato em causa ultrapassa o ano em curso, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a assunção dos encargos plurianuais decorrentes da mesma.

**Ponto cinco) Pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes da contratação de serviço de Assessoria Técnica ao Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento do Concelho**

– O senhor Presidente informou que a necessidade da contratação dos serviços a que se refere este ponto, decorre do facto da Técnica Superior Linda Baixinho, adstrita ao Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico do concelho de Viana do Alentejo, ter ido trabalhar para a CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. Dado que os Avisos das candidaturas ao novo Quadro Comunitário de Apoio estão prestes a ser publicados, o Município tem necessidade de se munir de uma Assessoria Técnica para que



possa aproveitar todas as oportunidades de obtenção de financiamentos. Disse o senhor Presidente da Câmara que tenciona convidar a ADRAL – Agência para o Desenvolvimento Regional do Alentejo a apresentar proposta para esta prestação de serviços de Assessoria ao Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico do concelho. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que é previsível que os serviços em causa possam ter início a 16 de maio próximo e se prologuem até 16 de novembro de 2017, mediante o pagamento de uma prestação mensal que não deverá ultrapassar o montante de 1 200,00 (mil e duzentos euros) acrescidos de IVA. Assim, o montante máximo do contrato será de 21 600,00 € (vinte e um mil e seiscentos euros) acrescido de IVA, previsivelmente distribuído do seguinte modo: Em 2016 (7,5 meses), um encargo de 9 000,00 € acrescido de IVA e em 2017 (10,5 meses), um encargo de 12 600,00 € acrescido de IVA.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis n.ºs 20/2012 de 14 de maio; 64/2012 de 20 de dezembro; 66-B/2012 de 31 de dezembro e 22/2015 de 17 de março, dado que a despesa inerente à celebração do contrato em causa ultrapassa o ano em curso, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a assunção dos encargos plurianuais decorrentes da mesma.

**Ponto seis) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2015** – O senhor Presidente da Câmara fez uma apreciação genérica dos Documentos de Prestações de Contas relativos ao ano de 2015, submetidos à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual. O senhor Presidente da Câmara disse então que o ano de 2015, à semelhança dos últimos anos, foi mais um ano difícil, de crise económica, financeira e social, que se desenvolveu num ambiente muito exigente, assistindo-se a mais um ano em que o Poder Central continuou a tratar o Poder Local sem qualquer consideração. Continuou, referindo que durante o ano de 2015 continuaram a ser muitas e de vária ordem as restrições e condicionantes à gestão das autarquias, com impacto direto e significativo no nosso Município essencialmente com reduções das transferências do Orçamento de Estado desde 2010 o que, contas feitas, implica uma redução, em 5 anos de cerca de dois milhões de euros.

Quanto às atividades de 2015, de uma forma geral, conseguiram-se manter praticamente todas, naturalmente com alguns ajustes.

Disse o senhor Presidente que quanto às contas de 2015 propriamente ditas, no entender do executivo em regime de permanência, as mesmas refletem a atividade do Município em mais um ano difícil, de fecho de um Quadro Comunitário (QREN) e de suposta abertura de um Novo (Portugal 2020), que ficou de facto marcado por um volume de investimento tal como planeado, na obra do Paço dos Henriques, que como se sabe não foi concluída mais cedo devido às reclamações apresentadas pelas empresas concorrentes à realização da obra e que deram origem a uma providência cautelar e a uma ação judicial no Tribunal





Administrativo e Fiscal de Beja. Continuou referindo que em termos orçamentais, o ano de 2015 apresentou valores muito razoáveis de receita, melhores do que no ano anterior, sendo os valores da despesa também razoáveis, conseguindo o Município ajustar a despesa paga à receita recebida. Referiu ainda que o Município cumpriu a regra do Equilíbrio Orçamental, considerando que a situação financeira do Município melhorou em 2015, face a 2014.

Salientou ainda que o saldo de operações orçamentais que transitou da gerência de 2015 para 2016 foi de 579 141,31€, enquanto que o transitado da gerência de 2014 para 2015 foi de 540 579,91 e o transitado da gerência de 2013 para 2014 tinha sido de 141 476,67 €. O total das disponibilidades a 31 de dezembro de 2015 era de 804 841,34 €, enquanto que em 31 de dezembro de 2014 era de 715 837,00 €.

Concluindo, referiu que apesar da conjuntura difícil que atravessamos, designadamente a nível do desemprego crescente, a gestão foi e será feita com o melhor equilíbrio possível, ajustando algumas atividades e ações, com a prévia análise das mesmas devidamente ponderada e sempre no interesse do Município e das suas populações.

O senhor Presidente da Câmara sublinhou ainda que em termos patrimoniais, o Município reduziu a dívida bancária e tem o endividamento bancário mais baixo dos últimos 20 anos.

Relativamente aos Documentos de Prestação de Contas em apreciação, o senhor Presidente da Assembleia disse que “as contas são a expressão monetária (económica e financeira) da atividade do Município ao longo do ano, refletindo aquilo que foi feito”. Disse ainda o senhor Presidente da Assembleia partir do pressuposto que neste órgão todos são responsáveis e não sofrem de “opinionite aguda”, ou seja, quando emitem opinião, fazem-no fundamentadamente pois caso emitam juízos de valor que contrariem os números, certamente que esses juízos serão fortemente abalados. Disse ainda o senhor Presidente da Assembleia que as contas do Município são atualmente e de longe muito mais exigentes do que eram no passado e por esse motivo é exigida a sua certificação legal por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Se os Técnicos que certificam as contas atestam que as normas contabilísticas e as regras foram cumpridas e que os números refletem fielmente a execução orçamental, parece-lhe que não haverá nada a por em causa. Disse ainda o senhor Presidente da Assembleia que o contexto atual é talvez o mais difícil desde o 25 de Abril de 1974, facto que ninguém contesta e que é facilmente comprovável. O senhor Presidente da Assembleia acrescentou ter ficado surpreendido pelo facto dos eleitos da CDU neste órgão não terem votado favoravelmente o Voto de Congratulação pela conclusão da obra do Paço dos Henriques e em contexto de apreciação de contas do ano anterior manifestou também a sua estranheza ao ler alguns comunicados da CDU, distribuídos à população, referindo que “a Câmara está num descalabro financeiro”. A este propósito e porque o senhor Vereador João Penetra é Técnico de Contas, o senhor Presidente da Assembleia perguntou-lhe qual o



principal objetivo de uma empresa para se desenvolver e qual o principal objetivo de uma autarquia.

O senhor Vereador João Penetra disse que não seria expectável que a bancada da CDU votasse favoravelmente um Voto de Congratulação de pré-campanha eleitoral.

Quanto aos Documentos de Prestação de Contas, disse este Vereador que já no ano anterior havia referido que não tinha dúvidas quanto à exatidão das mesmas e que se pudessem ser votadas separadamente do Relatório de Gestão, votaria favoravelmente as Contas e contra o Relatório de Gestão. Este ano, aquando da aprovação dos Documentos de Prestação de Contas pela Câmara Municipal, registou que pela primeira vez, em três anos consecutivos, é alcançado um resultado líquido positivo, ainda que de pequeno montante e muito longe de cobrir os prejuízos acumulados. Sublinhou que o seu voto contra, mais uma vez, não foi para as Contas mas sim para o Relatório de Gestão que retrata a atividade que a maioria no executivo municipal entendeu imprimir à gestão, atividade essa que não teve a participação dos eleitos da CDU.

O senhor Presidente da Assembleia sublinhou que enquanto nas empresas o objetivo é alcançar o lucro, nas Autarquias o principal objetivo é servir as populações, proporcionando-lhe o maior bem estar possível. Assim, quanto maior for o investimento autárquico para atingir esse objetivo, maior será o prejuízo e não é por essa via que se conclui sobre a saúde financeira das Autarquias. A este propósito, o senhor Vereador João Penetra disse que o membro José Luis Pacheco deverá ter em atenção o que agora foi referido pelo senhor Presidente da Assembleia quando falar das Piscinas Municipais de Alcáçovas.

O senhor Presidente da Assembleia realçou que, no caso das Piscinas Municipais de Alcáçovas, o problema é de diferente avaliação, porque o anterior executivo avançou para esse investimento sem ter garantido o seu financiamento e, portanto, podendo colocar em risco a saúde financeira futura do Município. Ainda sobre as contas, referiu que há indicadores de gestão muito importantes que refletem a saúde financeira do Município, designadamente a existência de equilíbrio orçamental, o facto da taxa de execução da receita se situar em cerca de 85%, o facto de não existirem pagamentos em atraso, o facto do Município de Viana do Alentejo ser o que tem o menor endividamento per capita dos municípios do Alentejo Central (distrito de Évora), o facto do Município de Viana do Alentejo ser o segundo Município do Alentejo Central (distrito de Évora) com menor prazo de pagamento aos fornecedores...

Perante tais indicadores, o senhor Presidente da Assembleia lançou a questão: “As contas do Município de Viana do Alentejo são ou não saudáveis?” e disse ficar expectante quanto à resposta.

O senhor Vereador João Penetra disse ao senhor Presidente da Assembleia que tendo ele integrado a Assembleia como eleito pelo PS no tempo em que o executivo era de maioria CDU, sabe que as contas do Município de Viana do Alentejo sempre foram saudáveis, não são saudáveis só agora. Ocorre-lhe então perguntar porque é que ele as



votava contra. O senhor Presidente da Assembleia respondeu que nem sempre votou contra e que em alguns anos se absteve e noutros votou a favor.

O senhor Vereador João Penetra, ainda a propósito das posições assumidas pelo senhor Presidente da Assembleia enquanto eleito da oposição neste órgão, disse que várias vezes o ouviu referir que “não ter dívidas podia não ser sinónimo de boa gestão”. Assim, o indicador de inexistência de dívidas a que agora o senhor Presidente da Assembleia se referiu, sempre teve “um bom comportamento”. O senhor Vereador João Penetra acrescentou que frequentemente o senhor Presidente da Assembleia, nas suas intervenções, tece grandes elogios à gestão do Município como se a anterior tivesse sido péssima e isso não corresponde à realidade.

O senhor Presidente da Câmara, quanto à situação financeira do Município, perguntou a todos se achavam que a mesma está ou não controlada e se as contas estão ou não equilibradas.

O senhor Vereador João Penetra respondeu que as contas estão tão equilibradas como no tempo da maioria CDU e que seria desejável que todos os Municípios estivessem como o de Viana do Alentejo sempre esteve.

O senhor Presidente da Câmara perguntou de seguida, também a todos, se acham que a Câmara “está a caminhar para um buraco sem fundo”. A este propósito exibiu um folheto da CDU de Viana do Alentejo, distribuído no final do ano de 2015, com o título “Descalabro Financeiro da Câmara de Viana do Alentejo”. Sendo um texto da força política CDU, o senhor Presidente da Câmara perguntou aos respetivos eleitos se efetivamente concordam com o seu teor e se efetivamente acham que o Município “está a caminhar para um buraco sem fundo”, tal como é referido. Acrescentou que atendendo à natureza dos comentários do folheto em causa, a maioria em exercício entendeu não dar sequer resposta, considerando que é este o sítio e o momento certos para se falar do assunto.

No que diz respeito a pergunta formulada pelo senhor Presidente da Câmara, ninguém respondeu.

O senhor Presidente da Assembleia lamentou o que foi escrito no folheto da CDU, evidenciando que tais afirmações denotam irresponsabilidade, má fé e ignorância absoluta sobre a realidade das contas do Município.

Procedeu-se de seguida à votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2015, tendo os mesmos obtido doze votos favoráveis e quatro votos contra, por parte dos membros António Inácio Lopes, Mário Laranjeiro, Joaquim Maria Bento e Joaquim Teixoeira.

**Ponto sete) Primeira Proposta de Revisão do Orçamento da Receita** – O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação genérica da primeira proposta de Revisão do Orçamento da Receita que inclui o saldo de Operações Orçamentais que transitou da gerência anterior, no montante de 579 141,31 €. A primeira proposta de Revisão ao Orçamento da Receita foi aprovada com doze votos favoráveis e quatro abstenções por parte dos membros Joaquim Bento, Joaquim Teixoeira, António Inácio Lopes e Mário Laranjeiro.



**Ponto oito) Primeira Proposta de Revisão do Orçamento da Despesa** – O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação genérica da primeira proposta de Revisão do Orçamento da Despesa, a qual tendo sido votada, foi aprovada com doze votos favoráveis e quatro abstenções por parte dos membros Joaquim Bento, Joaquim Teixoeira, António Inácio Lopes e Mário Laranjeiro.

**Ponto nove) Pedido de autorização para que o Município de Viana do Alentejo integre a Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, aprove os respetivos estatutos e autorize a assunção dos encargos plurianuais decorrentes da integração** – O senhor Presidente da Câmara informou que no passado dia 13 de janeiro, representantes dos municípios de Mafra, Caldas da Rainha, Alcobaça, Tondela, Reguengos de Monsaraz, Redondo, Ílhavo, Barcelos e Aveiro, reunidos nos Paços do concelho de Mafra, acordaram criar a Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, com o objetivo estratégico de promover as cidades e vilas portuguesas com tradição cerâmica, seja do tipo patrimonial, produtivo, cultural ou de outra índole, bem como promover a criação artística e a difusão da cerâmica contemporânea.

O âmbito desta associação corresponde ao território do Estado Português, incluindo o continente e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, tendo também como objetivo a colaboração com as associações congéneres de âmbito europeu e com outras entidades similares dos países europeus ou do resto do mundo.

O conjunto destes municípios e outros que se lhes juntem, compromete-se nos próximos meses a formalizar e dar conteúdo legal a esta associação, com vista a participar no Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial das Cidades Cerâmicas (AEuCC), uma instância europeia que já reúne as congéneres de Itália, França, Espanha, Roménia e Alemanha. Este Agrupamento tem como objetivo levar a cabo estratégias e ações de cooperação territorial, tornando a cerâmica em todos os seus domínios como um instrumento para reforçar a coesão económica, social e territorial prevista no Título XVIII do Tratado da União Europeia.

Nas próximas semanas um comité constituído por alguns destes municípios irá elaborar os instrumentos necessários para a concretização legal desta associação que será submetida em plenário a todos os municípios portugueses, com ligação histórica, patrimonial ou criativa à cerâmica, que desejem aderir e participar nas suas ações e atividades.

Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que os principais objetivos desta Associação são os seguintes:

- A promoção e dignificação da cerâmica tradicional e contemporânea, artesanal ou artística como produtos de alto valor acrescentado, com raízes históricas ou que hoje tenham uma produção criativa e relevante na Europa;



- Participar e intervir enquanto lobby positivo e transparente na defesa dos interesses da cerâmica e dos centros produtores na Europa, junto das autoridades europeias, nomeadamente da Comissão, do Conselho, do Parlamento Europeu e do Comité das Regiões (CoR);

- Preparar projetos de cooperação entre as cidades europeias da cerâmica, no âmbito dos programas europeus;

- Propor junto da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura o reconhecimento da cerâmica europeia como Património Imaterial da Humanidade;

- Organizar projetos de cooperação entre as cidades europeias para a promoção da cerâmica.

A assembleia, atento o exposto e na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada hoje em reunião extraordinária, deliberou por unanimidade:

- a) Autorizar o Município de Viana do Alentejo a integrar a Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica;
- b) Aprovar o respetivo projeto de Estatutos;
- c) Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da integração do Município de Viana do Alentejo na Associação, tendo em conta a previsibilidade do pagamento de uma quota anual de 800,00 € (oitocentos euros) e ao abrigo alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis n.ºs 20/2012 de 14 de maio; 64/2012 de 20 de dezembro; 66-B/2012 de 31 de dezembro e 22/2015 de 17 de março.

Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. Interveio o Sr. Luis Miguel Duarte para referir que segundo um estudo a que teve acesso, cerca de 89% dos municípios realizam os investimentos no último ano dos mandatos. Quanto à Piscina de Alcáçovas disse que é bom não esquecer que quando o atual executivo entrou em funções, o projeto daquele investimento estava feito e só assim foi possível obter o financiamento de um milhão e duzentos mil euros, arrecadado pela gestão autárquica de maioria Socialista.

Em relação ao folheto a que se referiu o senhor Presidente da Câmara, disse o Sr. Luis Miguel Duarte não ser membro do P.C.P. e nada ter a ver com esse folheto. O senhor Presidente da Assembleia perguntou-lhe diretamente se será ele o candidato a Presidente da Câmara, pela CDU, nas próximas eleições. O Sr. Luis Miguel Duarte respondeu que neste momento não é candidato a nada. O senhor Presidente da Assembleia perguntou-lhe ainda se poderia dar a sua opinião acerca das contas e da situação financeira do Município. A este propósito, o Sr. Luis Miguel Duarte respondeu que “quando não se faz obra, obviamente que se tem de ter as contas equilibradas...” O senhor Presidente da Assembleia disse, em resposta, que o último mandato foi o de maior investimento realizado no concelho desde o



25 de Abril de 1974. Ainda a este propósito o senhor Vereador João Penetra observou que é preciso clarificar se estamos a falar em preços correntes ou em preços constantes e acrescentou que não lhe parece que no mandato anterior tenha sido realizado um investimento superior ao que em tempo foi realizado na Zona Industrial de Viana do Alentejo.

O membro José Luis Pacheco referiu que a Zona Industrial foi dos investimentos mais importantes para o concelho, embora o Município não seja proprietário do que lá está realizado. Em termos de dimensão do investimento, considera-o muito inferior, a preços correntes, ao da recuperação do Centro Histórico de Viana. Disse ainda o membro José Luis Pacheco que em sua opinião é uma estratégia errada vir para as sessões da Assembleia Municipal dirimir resultados das eleições de 2017 pois não se ganham nem se perdem eleições com o público que aqui está presente. Quanto ao estudo que refere a percentagem dos Municípios que realizam as obras no último ano do mandato, disse este membro que antigamente é que os Municípios se endividavam para executar as obras nessa altura. Atualmente, o calendário é ditado por fatores externos, nomeadamente os Quadros Comunitários de Apoio.

O senhor Presidente da Câmara, ainda a propósito da referência do Sr. Luis Miguel Duarte aos 89% dos Municípios que realizam os investimentos no último ano dos mandatos, disse que, tal como já referiu algumas vezes, o facto do município de Viana ter sido gerido a maior parte do tempo pela CDU torna algumas afirmações no mínimo incoerentes, e em seu entender esta é uma delas. Informou que o ano de maior investimento no concelho foi 2013, seguido dos anos de 2009, 2005 e 1997, ou seja, confirmando-se de facto anos eleitorais. Acrescentou que em 2007 o Município viu aprovados 3,3 milhões de euros de empréstimo junto da banca, situação que não é comparável à que se vive atualmente, tendo em conta as restrições atuais. Assim, no contexto atual, as obras fazem-se quando há dinheiro e este depende dos Quadros Comunitários de Apoio. Há que perguntar então se o município, em 2007, se podia financiar na banca quando entendesse, porque é que os maiores investimentos recaíram nos anos eleitorais, nomeadamente em 2009?

O membro Fernando Janeiro, na sequência da pergunta do senhor Presidente da Câmara sobre se alguém tinha conhecimento da existência de quezílias entre os romeiros de Viana e de Alcáçovas, disse que através de mensagem, questionou algumas pessoas que lhe responderam no decurso desta sessão. Todas disseram desconhecer a existência de conflitos entre os dois grupos de romeiros. Disse este membro que mesmo que existissem conflitos, nunca o Município poderia ser responsabilizado pelos mesmos. Acrescentou que se tivesse conhecimento de algum problema desta natureza, nunca o traria para uma sessão da Assembleia Municipal por considerar ser um mau contributo para a Romaria que já está a tomar uma dimensão importante. Em sua opinião há questões que podem e devem ser resolvidas “nos bastidores”. Disse ainda este membro congratular-se pelo facto da pernoita



de Sexta-Feira ter passado de S. Cristóvão para Alcáçovas, endereçando as suas felicitações ao Município e à Associação Equestre pelo modo como o evento decorreu.

O membro Luis Miguel Duarte clarificou nada ter contra a Romaria, registando que este foi o ano em que mais gente viu na rua por essa ocasião. Contudo, apesar de ter a sensação que o senhor Presidente da Câmara considera que há questões que não devem ser trazidas para a Assembleia Municipal, ainda assim acha oportuno chamar aqui a atenção para aspetos que lhe foram colocados.

O senhor Presidente da Câmara considerou que a sensação do Sr. Luis Miguel Duarte está errada, quando refere que “há coisas que o Presidente da Câmara não quer que venham aqui”, sendo por isso uma afirmação grave. Além de não ser verdade, nunca como Presidente da Câmara teria tal postura, pois obviamente que sabe que “não manda na Assembleia”, nem nas pessoas que podem ou não participar nas Assembleias, com as questões que entenderem. O senhor Presidente da Câmara considerou graves as informações do já referido folheto da CDU, distribuído no final do ano de 2015 e do qual o Sr. Luis Miguel Duarte se demarcou completamente “fugindo com o rabo à seringa”. O senhor Presidente da Câmara disse-lhe que tendo ele desempenhado as funções na Assembleia Municipal durante tantos anos e mandatário de uma força política por ocasião das últimas eleições legislativas e sendo o folheto da autoria dessa força política, ele só não o comenta ou porque não tem a independência suficiente para fazer, ou porque não quer, e porque o que lá consta “é um chorrilho de asneiras mal intencionadas e que quando assim é, os seus autores ficam mal na fotografia”. O senhor Presidente da Câmara insistiu nas seguintes perguntas e dirigiu-as diretamente ao Sr. Luis Miguel Duarte:

- “Considera que a situação financeira do Município é um descalabro?”
- “Considera que estamos a caminhar para um buraco sem fundo?”

O Sr. Luis Miguel, relativamente ao folheto a que se referiu o senhor Presidente, disse não comentar coisas que saem da concelhia do PCP e não colocará em público as suas opiniões acerca de assuntos que são discutidos na concelhia.

Quanto ao facto do senhor Presidente da Câmara ter achado grave que ele considere que há assuntos que o Presidente da Câmara prefere que não sejam trazidos para a Assembleia Municipal, disse o Sr. Luis Miguel Duarte que essa sua convicção foi formada pelo facto de hoje ter sido a segunda vez que o senhor Presidente da Câmara referiu que há outros locais para se discutirem os assuntos. Disse que a primeira vez foi noutra sessão da Assembleia Municipal, quando ele suscitou uma questão referente à revisão do Plano Diretor Municipal.

O Senhor Presidente esclareceu que o que quis dizer é que, em seu entender, quando se quer realmente resolver as questões mais rapidamente e sem politiquices, por vezes não é preciso estar a espera das Assembleias Municipais, no entanto as pessoas são livres de o fazerem.



O senhor Vereador João Penetra disse muito se orgulhar dos últimos 22 anos da sua vida, dedicados ao Poder Local. Referiu ter sido convidado a participar no passado dia 24 de abril, em Alvito, numa tertúlia com ex-Presidentes daquela Câmara, tendo registado com agrado a observação de alguém que se congratulou pelo facto de não ter ouvido nenhum dos participantes queixar-se de ter “herdado” isto ou aquilo dos executivos anteriores.

Quanto à Romaria a Cavalos, disse este Vereador que ficou claro na intervenção do Sr. Luis Miguel Duarte que ele não é contra a Romaria. Efetivamente, não seria de esperar outra coisa pois foi no tempo em que ele esteve a trabalhar na Câmara que esta iniciativa surgiu. A propósito, este Vereador recordou que nessa altura se ouviram alguns comentários de opositores à Câmara, nada abonatórios em relação à Romaria. Também a sua opinião é no sentido do engrandecimento do evento pois quanto melhor ele for, mais o concelho tem a ganhar.

O membro Joaquim António Teixoeira, em jeito de brincadeira, perguntou para quando está prevista a inauguração da “Quinta Pedagógica em Aguiar”. Trata-se efetivamente de um terreno municipal frente à Escola Primária daquela localidade e no qual se encontram animais propriedade de um particular. O senhor Vereador Paulo Manzoupo disse que a erva existente no terreno havia sido cortada e que não tinha conhecimento da existência de animais no local, indo averiguar o que se passa.

Finalmente, o senhor Presidente da Assembleia regozijou-se pelo modo participado como decorreu esta sessão e após aprovação, por unanimidade, da respetiva minuta, declarou encerrada a sessão às duas horas e vinte minutos do dia 30 de abril de 2016.

Aprovada a 30 de junho de 2016.

O Presidente da Assembleia,





---

O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---